

“Era Ega Racista?” Orientação para a Interpretação dum Parágrafo d’*Os Maias* (1888), de Eça de Queirós, em Massachusetts

RESUMO. A interpretação das opiniões da personagem emblemática e excêntrica João da Ega do romance canónico queirosiano *Os Maias* resultou em respostas muito diversas e complexas à palestra pública de Vanusa Vera-Cruz Lima, intitulada “Is Eça de Queirós’s *The Maias* (1888) a Racist Novel?”, a 18 de fevereiro de 2021, via Zoom. Ega toca em feridas históricas e cria espanto devido às suas posições liberais e revolucionárias na sociedade lisboeta da segunda metade do século XIX. Em relação à questão racial, Ega não é tão progressista como noutros dos seus tópicos de controvérsia. Pouco se pode estranhar a subsequente e pertinente pergunta de um estudante de licenciatura da Universidade de Massachusetts Dartmouth: “Era Ega racista?” Tomando esta pergunta como de pesquisa (*research question*) e no quadro da imprescindível liberdade académica, este artigo oferece orientações preliminares para o prosseguimento da análise racial ao clássico *Os Maias*, rebatendo objeções a esta abordagem interpretativa, através, por exemplo, do *contexto histórico* e da *ironia*.

PALAVRAS-CHAVE: Eça de Queirós, *Os Maias*, análise racial, racismo, João da Ega, interpretação, ironia, contexto histórico.

ABSTRACT. The interpretation of the views expressed by the emblematic and eccentric character João da Ega in Eça de Queirós’s canonical novel *The Maias* resulted in very diverse and complex responses to a public talk by Vanusa Vera-Cruz Lima, entitled “Is Eça de Queirós’s *The Maias* (1888) a Racist Novel?,” which took place on February 18, 2021, on Zoom. Ega probes historical wounds and provokes amazement of late nineteenth-century Lisbon society with his liberal and revolutionary positions. On the racial issue, Ega is not as progressive as on other controversial topics he addresses. No wonder, then, that an undergraduate student at the University of Massachusetts Dartmouth could pose the following pertinent question: “Was Ega a racist?” Taking this query as a research question within the framework of indispensable academic freedom, this article offers preliminary guidelines for the development of racial analysis in the classic *The*

Maias, rebutting objections to this hermeneutic approach that rely on notions such as, for example, the *historical context* and *irony*.

KEYWORDS: Eça de Queirós, *The Maias*, racial analysis, racism, João da Ega, interpretation, irony, historical context.

“Era Ega racista?” pergunta um estimado estudante de licenciatura na Universidade de Massachusetts Dartmouth. O parágrafo que provocou esta pergunta, legítima, surge no capítulo XII d’*Os Maias: Episódios da Vida Romântica*, de Eça de Queirós, cuja primeira edição, e única em vida do autor, foi publicada em dois volumes no Porto em 1888; o cenário espacial ficcional principal é Lisboa, no jantar na casa do conde, Gastão, e da condessa de Gouvarinho, Teresa, cerca duma década antes, numa segunda-feira à noite. A primeira frase do parágrafo em questão é a seguinte: “Ega declarou muito decididamente ao sr. Sousa Neto que era pela escravatura” (Queirós [1888] 2017, 409).¹

Para orientar adequadamente uma resposta epistemologicamente credível a esta pergunta do estimado estudante de licenciatura, que paga elevadíssimas propinas e emolumentos;² e, por essa via, contribui para as benevolentes circunstâncias que permitem que este artigo seja escrito, façamos alguns trabalhos preliminares.³

Durante a crise mais severa de Covid-19, sem aulas presenciais, ofereceu a Universidade de Massachusetts Dartmouth um ciclo de palestras através da plataforma digital Zoom, aberto a todos os interessados e interessadas dentro e fora da universidade, nos Estados Unidos e no estrangeiro, nos semestres do outono de 2020 e da primavera de 2021. Como é habitual, no fim de cada palestra todos os participantes puderam fazer perguntas e obtiveram respostas; elogiaram o conteúdo da palestra, ou colocaram cordialmente objeções, etc. Duas dessas palestras foram sobre o longo e hiper-canónico romance de Eça de Queirós, *Os Maias*. Ambas as comunicações procuravam expandir as interpretações possíveis e legítimas desta obra-prima, sujeitando-se aos elogios e às críticas, como é adequado ao trabalho de pesquisa e discussão universitária.

A primeira dessas palestras, por Diana Simões, intitulada “Objetos, Plantas e Animais: A Naturalização das Mulheres n’*Os Maias* (1888),” decorreu a um de outubro de 2020. Esta comunicação foi maioritariamente em português, aceitando perguntas em português e em inglês, para maior conforto da audiência. A interpretação de Diana Simões não era sobre um tópico rotineiro, popular, ou

escolarizado da análise dos *Maías*, pelo que se poderia antecipar resistência por leitores conservadores para quem a análise de gênero e, já agora, a análise racial são anátemas. Embora Ernesto Guerra da Cal (1954) já tivesse notado no seu *Lengua y Estilo de Eça de Queiroz*, a animalização do ser humano em *Eça de Queirós*, não faz uma destriça sobre o gênero das personagens a que se refere.⁴ Simões mostra, específica e convincentemente, como as personagens femininas são animalizadas nos *Maías*. Se Ernesto Guerra da Cal esqueceu o gênero da animalização, Diana Simões esqueceu a raça do processo de animalização. Com efeito, quando Simões se refere a mulheres, designa o conjunto das mulheres brancas, numa estrutura ficcional queirosiana de recorrente glorificação da branquitude, principalmente das personagens femininas. Assim, numa hierarquia racial inequívoca, o destaque da narrativa vai para a branquitude de Maria Eduarda da Maia (tal como a interpretação tem ido), relegando para uma margem coletiva esse indiferenciado conjunto de mulheres consideradas inferiores, ponto muito resumido, por exemplo, na aliteração do fim do seguinte período do capítulo XVI: “Ela [Maria Eduarda] por seu lado, loura, alta, esplêndida, vestida por Laferrière, flor duma civilização superior, faz relevo nesta multidão de mulheres miudinhas e morenas” (*Maías* 611). Mas raça não era o tópico de pesquisa de Diana Simões, cuja interpretação teve o mérito de fazer o seu percurso de revisão pelos pares e foi aceite para publicação, e publicada, na excelente revista *Queirosiana*, como “Objeto, Planta, Animal: Sobre a Naturalização das Mulheres em *Os Maías*,” um título apenas muito ligeiramente diferente do da palestra pública de outubro de 2020.

O que aconteceu com a outra palestra pública sobre *Os Maías* do ciclo de conferências de 2020–2021 foi consideravelmente diferente em termos de impacto e receção do público. A comunicação de Vanusa Vera-Cruz Lima, com o título “Is *Eça de Queirós’s The Maías* (1888) a Racist Novel?,” foi agendada para 18 de fevereiro de 2021 na plataforma Zoom. O conteúdo concreto da palestra não era antecipadamente público. Preliminarmente, as ameaças de boicote ao evento na plataforma Zoom exigiram, uma vez que foi tomada a decisão de prosseguir com a palestra em nome da preciosa e indispensável liberdade académica, um reforço extraordinário de segurança e medidas muito concretas para proteger minimamente a palestrante e a palestra. Essas medidas foram eficazes. A palestra em inglês decorreu sem incidentes, com abertura para as perguntas da audiência em inglês e em português; e o dinâmico diálogo subsequente prolongou-se por mais de duas horas. O tópico tocou as pessoas.

As reações e respostas à palestra de Vanusa Vera-Cruz Lima sobre *Os Maias*, antes e depois da palestra propriamente dita, foram, resumamos muito, muitas e intensas, positivas e negativas, representando várias classes, à esquerda e à direita do espectro político em Portugal, no Brasil, nos Estados Unidos e em Cabo Verde. Além de milhares de diálogos muito intensos, digamos, nas redes sociais, como o Facebook e o Twitter, entre outras respostas nos *media*, cerca de quarenta artigos de imprensa foram publicados em torno da palestra ao longo das semanas e meses seguintes. Foi uma polarizante controvérsia intelectual pública. Para uma parte dos comentários, a especificidade e os méritos e deméritos da palestra não eram o ponto; o que importava eram questões mais genéricas, como, por exemplo, o *cancelamento cultural* dos clássicos portugueses e da tradição ocidental. Não é objetivo deste artigo responder exaustivamente a essas críticas ou elogios; o que nos ocupa é agrupar esse conjunto de reações e respostas, que não é possível destacar aqui caso a caso, tendo em vista informar e orientar uma resposta satisfatória à pergunta do estimado aluno de licenciatura: “Era Ega racista?”

Para um primeiro grupo de reações grosseiras e, sem sombra de dúvida, grosseiramente racistas ao título da palestra e ataques *ad hominem* a Vanusa Vera-Cruz Lima, é muitíssimo difícil conceber um fórum para prosseguir a conversa. Mais parecem casos de polícia sobre violência verbal, que descrevem sobretudo quem os pratica. Ainda a este primeiro grupo pertencem as acusações de atentado ao património e tentativa de flagelar a República Portuguesa e a sua riquíssima herança cultural. Este grupo não só questiona a legitimidade duma análise racial dos *Maias* como também a quer suprimir totalmente – e *a priori*. Dos outros grupos de reações e respostas, destacamos alguns sem pretensão de exaustividade, ou até de representatividade de cada um dos comentários, tendo apenas em vista orientar o estimado estudante de licenciatura na interpretação do parágrafo do capítulo XII dos *Maias*. A controvérsia teve o mérito de trazer para a ordem do dia, em português, o campo das interpretações do romance *Os Maias* e a pertinência, ou a falta dela (admitamos como hipótese), da análise racial.

Um segundo grupo de leitores, críticos e professores, confessam ter lido, e até ensinado, o romance várias vezes ao longo dos anos sem destacarem algumas passagens pertinentes para a análise racial dos *Maias*, considerando, apesar disso, esta expansão interpretativa benéfica para a hermenêutica da obra, sem se comprometerem com aspetos específicos duma dada análise. Neste grupo incluímos também aqueles e aquelas que, pedagogicamente, procuraram

distinguir em acesos debates viralizados nas redes sociais conceitos elementares para a análise dum romance, como *autor*, *narrador*, *personagem*, dos quais, no calor da discussão, tendemos, por vezes, a fazer tábua rasa; ou que observaram que o que estava em causa não era o bom nome da República Portuguesa, ou, a muito menor escala, sequer as posições políticas do cidadão, diplomata e romancista José Maria de Eça de Queirós (1845–1900). Esse seria um outro projeto de pesquisa que vai muito além dos termos dos *Maias*. Neste grupo incluímos ainda aqueles e aquelas que chamaram a atenção para que a boa prática da pesquisa académica em qualquer área, em benefício da potencial produção de conhecimento, não deve ser limitada por uma lista de perguntas proibidas, mesmo as incómodas. O desconforto da pergunta pode até estimular a análise e o debate, de forma respeitosa, pois claro!

Um terceiro grupo de reações e respostas também não questiona, aparentemente, a legitimidade duma análise racial dos *Maias*, mas tipicamente objeta com a *ironia*. Assim, aquilo que lemos no texto do romance precisa de ser interpretado, alegam, tendo em conta as subtilezas da linguagem figurada. Como não é apresentada uma análise racial alternativa e melhor, para este terceiro grupo a ironia funciona, de facto, como travão hermenêutico, uma espécie de conclusão precipitada da objeção. Se uma dada passagem é irónica, então a interpretação estanca, e esta abordagem de análise racial estaria, por conseguinte, encerrada. Algo de equivalente se pode dizer para a objeção através do *contexto histórico*. Como o contexto, incluindo o histórico, não é saturável, então a análise racial dos *Maias* fica invariavelmente ferida de incompletude e, por conseguinte, seria desqualificada. Ora, o contexto histórico não explica o parágrafo “Ega declarou muito decididamente ao sr. Sousa Neto que era pela escravatura” (capítulo XII dos *Maias*) que despoletou a pergunta do estimado estudante de licenciatura (mais sobre isto adiante).

De resto, já passaram mais de 130 anos desde a publicação dos *Maias* no Porto em 1888, e a interpretação do romance gerou uma bibliografia passiva abundante. Onde estão as análises raciais dos *Maias* tendo em conta a ironia e o contexto histórico dos privilegiados da interpretação que querem ambiciosamente generalizar a sua até à universalidade e universidades? Nos termos precisos da controvérsia sobre a interpretação dos *Maias*, os epistemologicamente dignos *contexto histórico* e a *ironia* foram usados para tentar barrar e desacreditar a análise racial, que, tal como outras abordagens interpretativas, é hoje pertinente a partir de várias sociedades e culturas, de diferentes línguas, de vários níveis de ensino,

como o secundário e o universitário.⁵ Quanto ao nível universitário de licenciatura nos Estados Unidos, lembremos, com Lucas Mann (2022), que bem pode acontecer que o nosso estimado estudante de licenciatura pratique a associação das suas experiências mentais, emocionais, pessoais, familiares e sociais à sua dispendiosa e negociada interpretação dos grandes clássicos da literatura, e que isso não tenha que ser considerado nem tragédia epistemológica nem moral.⁶

Por último, o quarto agrupamento, o da objeção esteticista, ou, digamos, da autonomia da literatura, ou da liberdade romanesca. Trata-se duma doutrina sofisticada. A posição de que em arte é legítimo ser completamente irresponsável procura encostar a análise racial à análise moral, para a desqualificar, ou ainda mais especificamente cola a análise racial a uma moralização inaceitável da arte. É bem possível que a análise racial seja informada pela análise moral, pela análise filosófica, pela análise legal, etc., e também pela análise estética e estilística. Porém, a verdadeira posição de João da Ega, seja ela qual for no detalhe, é desde logo ela própria também um pensamento moral inscrito em linguagem figurativa. Ainda assim, o que responder, em clave profissional, à pergunta “Era Ega racista?”

Num sistema económico-social em que o ensino-aprendizagem universitário é muito dispendioso em propinas, tendo em consideração a taxa de esforço para os estudantes, responder “Deixe lá isso; é moralista; o que importa verdadeiramente é a autonomia da literatura ou o uso da vírgula de Oxford nos *Maias* (tópico pertinente, por sinal)!” não conduz certamente a uma almejada avaliação de Excelente da professora pelo estimado estudante de licenciatura no fim do semestre. A interpretação é a interpretação mais as suas circunstâncias. Por outro lado, a análise racial, sugerida pela pergunta “Era Ega racista?,” não é necessariamente incompatível com a autonomia estética dos *Maias*, ou com a análise de aspetos estilísticos desta obra-prima. João da Ega é uma personagem extravagante do romance, bem distinta das outras figuras dos *Maias*; não é seguramente uma pessoa, nem o seu próprio *autor material*, para usar uma expressão inspirada pelo próprio Ega.⁷ Na sua criação, a liberdade romanesca não foi, nem é, beliscada. A coda é que, na intensa controvérsia gerada pelos primeiros passos da análise racial dos *Maias*, a desejável liberdade de interpretação também o não seja.

Procuramos orientar o estimado estudante mantendo o texto dos *Maias* à vista e à mão. Aliás, centrar primeira e estrategicamente a interpretação na melhor edição disponível do texto do romance corresponde a empoderar o estudante

universitário em Massachusetts, a mais de 5000 quilómetros de distância dum estudante de Lisboa, muito mais próximo de material empírico potencialmente relevante para determinadas interpretações dos cenários espaciais e temporais dos *Maiás*. A interpretação é a interpretação e as suas circunstâncias. O estudante de Massachusetts e o de Lisboa têm à mão a mesma edição cuidada do romance de Eça de Queirós. A edição usada não é despidianda. Depois de consultada a primeira edição, a que temos acesso, a edição de Helena Cidade Moura para Livros do Brasil e a edição crítica de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha, optámos por esta última por ser aquela que apresenta o texto mais escorreito, corrigindo até alguns pequenos erros óbvios da primeira edição, que certamente Eça de Queirós teria emendado se tivesse tido oportunidade para o fazer, bem como pelo benefício da ortografia dos *Maiás* ser atualizada para o Acordo Ortográfico de 1990, que procuramos seguir. Em Massachusetts, em cuja fábrica económico-social confluem as variantes do português europeu, do português brasileiro e do português africano, sofremos por vezes a escassez, no processo de ensino-aprendizagem, de obras ortograficamente atualizadas para este Acordo de 1990 em vigor.

Vejamos o jantar na casa da condessa e do conde de Gouvarinho, no qual participam, além, claro está, dos anfitriões, João da Ega e o seu amigo íntimo Carlos da Maia; Sousa Neto, oficial superior da Instrução Pública, e sua esposa, a senhora “gorda e vestida de escarlate” (XII, 405), entre outros. O capítulo XII dos *Maiás* decorre entre um sábado e uma quarta-feira e “alguns dias depois” (429). João da Ega, regressado a Lisboa de Celorico, vai ficar instalado num quarto do Ramalhete com uma cópia dos *Borrachos* de Velázquez, “um dos Santos Padres do naturalismo” (399), segundo o próprio Ega em conversa com Carlos. Quando este lhe diz, depois de lhe ter mentido sobre a sua relação com Teresa, a condessa de Gouvarinho, que ele vem obsceno de Celorico na província, Ega responde com o seu primeiro paradoxo do capítulo: “– É o que se aprende no seio da Santa Madre Igreja.”⁸ Este paradoxo não nos deixa margem para dúvidas quanto à crítica à Igreja Católica – na segunda-feira, no jantar dos Gouvarinhos, Ega complementará o seu paradoxo e crítica clara, em confissão a Teresa e a Dona Maria, que em Celorico escrevia sermões para o abade que, “sob forma mística, eram de facto afirmações revolucionárias” (405.) Poucos parágrafos adiante ficamos a saber pelo narrador que Ega defende a “necessidade social de dar às coisas o nome exato. Para que servia então o movimento naturalista do século? Se o vício se perpetuava, é porque a sociedade, indulgente e romanescas, lhe dava nomes

que o perpetuavam, que o idealizavam” (400). Eis um primeiro mini-programa interpretativo do capítulo XII da autoria de João da Ega: *dar às coisas o nome exato*.

Na segunda-feira, no jantar dos Gouvarinhos, a leitora e o leitor são enriquecidos por um segundo mini-programa interpretativo, neste caso de Carlos da Maia em conversa com Teresa, a condessa. Este mini-programa filia-se, em parte, na *exatidão* do de João da Ega e acrescenta-lhe explicitamente a *alusão* e a *ironia*: “Há assim uma infinidade de coisas que se dizem e que não são exatas. . . . E se se faz uma alusão irónica a elas, ninguém compreende a alusão nem a ironia” (407). Através do seu programa, Carlos procura defletir a observação certa da condessa de que ele está a envolver-se romanticamente com Maria Eduarda, sua concorrente amorosa. A micro-teoria da linguagem de Carlos é motivada pelo seu interesse em dissimular a verdade. A alusão e a ironia são expedientes. O funcionamento da alusão que Teresa, a condessa de Gouvarinho, não compreende (407), Maria Eduarda, por contraste, entenderá muito bem adiante (420).

Logo de seguida, a leitora e o leitor são ainda premiados por um terceiro mini-programa interpretativo, teoricamente mais frágil, mais empírico, mais local, de Teresa, condessa de Gouvarinho, como resposta ao programa de linguagem figurativa de Carlos: “– No fundo de tudo o que se diz há sempre um facto, ou um bocado de facto que é verdadeiro. E isso basta. . . . Pelo menos a mim basta-me” (408). Como diz o ditado, *não há fumo sem fogo*. A novidade do programa de interpretação de Teresa, de âmbito menos ambicioso e muitíssimo menos teoricamente informado, de conceptualização mais frágil e informal, por entre as névoas intencionais da ironia de Carlos, são os factos verdadeiros, ou bocados de factos verdadeiros. E, apesar da negação e da crítica de Carlos, o programa limitado da condessa de Gouvarinho acerta nos factos, ou *bocados de factos*, que as leitoras e os leitores conhecem muito bem, isto é, que Carlos mente, apesar da sua linguagem figurativa, e se está, *de facto*, a envolver com Maria Eduarda.

A relativa abundância de mini-programas interpretativos nas primeiras páginas do capítulo XII, de melhor ou pior qualidade, de maior ou menor abrangência, prepara as leitoras e os leitores, e os estudantes e as estudantes, para o que se vai seguir no capítulo: uma cena hermenêutica dum “paradoxo” (o termo é de Gastão, conde de Gouvarinho; 409) de João da Ega como resposta a uma pergunta do senhor Sousa Neto, oficial superior da Instrução Pública. Ao longo do romance, Ega vai fazendo paradoxos, e *acontecem-lhe* alguns também, não só no sentido lógico de contradições mas também no sentido de sistemas de valores concorrentes.⁹ Vejamos alguns.

Começemos por um parágrafo de apresentação de João da Ega no capítulo IV, para que se conheça um pouco a sua dinâmica de personalidade:

João da Ega, com efeito, era considerado não só em Celorico, mas também na Academia que ele espantava pela audácia e pelos ditos, como o maior ateu, o maior demagogo, que jamais aparecera nas sociedades humanas. Isto lisonjeava-o: *por sistema exagerou o seu ódio à Divindade, e a toda a Ordem social: queria o massacre das classes médias, o amor livre das ficções do matrimónio, a repartição das terras, o culto de Satanás.* O esforço da inteligência neste sentido terminou por lhe influenciar as maneiras e a fisionomia; e, com a sua figura esgrouviada e seca, os pelos do bigode arrebitados sob o nariz adunco, um quadrado de vidro entalado no olho direito – tinha realmente alguma coisa de rebelde e de satânico. Desde a sua entrada na Universidade, renovara as tradições da antiga boémia: trazia os rasgões da batina cosidos a linha branca; *embebedava-se com carrascão*; à noite, na Ponte, com o braço erguido, atirava injúrias a Deus. E no fundo muito sentimental, enleado sempre em amores por meninas de quinze anos, filhas de empregados, com quem às vezes ia passar a *soirée*, levando-lhes cartuchinhos de doce. A sua fama de fidalgo rico tornava-o apetecido nas famílias. (IV, 139–40; *italicos nossos, com a exceção de soirée.*)

No capítulo VI, em linha com o IV, e demonstrando que neste caso há continuidade entre os estados de sobriedade e embriaguez, João da Ega reitera “o amor livre das ficções do matrimónio”; “muito bêbado, e num acesso de idealismo, lançara-se num *paradoxo tremendo*, condenando a honestidade das mulheres como origem da decadência das raças: e dava como prova os bastardos, sempre inteligentes, bravos, gloriosos!” (222; *italicos nossos*). O contraste entre a embriaguez e o estado de sobriedade vai permitir a Ega, adiante, como veremos, estender uma armadilha a Dâmaso Salcede num humilhante paradoxo. Já no capítulo XV, Ega contradiz-se em relação ao que havia sustentado no IV e VI: “num ódio repentino da boémia e do romantismo, entoou louvores sonoros à família, ao trabalho, aos altos deveres humanos – bebendo copinhos de cognac” (525). As contradições de João da Ega são abundantes.

Apesar da proliferação de paradoxos em vários registos, o anticlericalismo e o ateísmo de Ega não nos oferecem dúvidas. É assim que Ega está contra a “padraria” (460) e a “cruz” (570). E quando a baronesa de Alvim lhe diz “O sr. Ega não acredita em Deus” (588), ele não a corrige. A indisposição para festejar o “santo de aldeia” (528), presumivelmente católico, e substituir essa celebração por uma

recôndita cena bélica pagã de Leônidas e dos Trezentos constitui mais um paradoxo que alinha com o seu claríssimo anticlericalismo.

Mesmo Afonso da Maia, uma personagem em geral muito simpática com João da Ega, chega a chamá-lo “Anticristo” (237). No último capítulo dos *Maías*, o XVIII, a brevíssima inclusão genérica de Deus a respeito do poeta romântico Tomás de Alencar não chega para denegar o recorrente e dominante anticlericalismo e ateísmo de Ega ao longo do romance. No fim da obra, nesse passo de brevíssima revisão, o “bom Deus,” em discurso direto encomiástico de Ega para Carlos, fez Alencar “num dia de grande verve, e depois quebrou a forma” (675).

No seu exílio da província beirã em Celorico, após a vexante derrocada da sua ligação romântica com Raquel Cohen, Ega escreveu sermões paradoxais. Os sermões pregados pelo abade na missa, implicitamente de conteúdo católico e conservador, eram “afirmações revolucionárias” (405). O revolucionarismo histriônico e recorrente de Ega vai esbarrar com pelo menos uma exceção, que pode ser lida como encenação de um conservadorismo extremo, a racial (mais sobre isto adiante). Ega, como o seu *autor material*, Eça, revela muitíssimo talento a escrever paradoxos para serem pronunciados por outros. Será também o caso da engenhosa e humilhante carta que Ega escreve em nome de Dâmaso Salcede a Carlos da Maia, destruindo a reputação de Dâmaso, que é precisamente transformado num paradoxo. Vejamos como.

No capítulo XV, para desgraçar a reputação de Dâmaso, após um artigo vingativo deste contra Carlos da Maia e a sua relação romântica com Maria Eduarda, publicado na *Corneta do Diabo*, João da Ega, antecipando seguramente que uma “reparação pelas armas” (551) seria recusada, escreve um “documento de honra” (556), nas palavras do próprio Ega, para que Dâmaso o copie e assine, e depois seja entregue a Carlos, cujo texto citamos:

Ex.mo sr. – Tendo-me V. Exa, por intermédio dos seus amigos João da Ega e Vitorino Cruges, manifestado a indignação que lhe causara um certo artigo da *Corneta do Diabo*, de que eu escrevi o rascunho e de que promovi a publicação, venho declarar francamente a V. Exa que esse artigo, como agora reconheço, não continha senão falsidades e incoerências: e a minha desculpa única está em que o compus e enviei à redação da *Corneta* no momento de me achar no mais completo estado de embriaguez... (XV, 556)

Ega está a mentir para que Dâmaso minta também ao copiar e assinar o documento. Nos termos precisos do romance, nada sugere que Dâmaso estivesse

bêbado quando escreveu o rascunho do artigo enxovalhando Carlos da Maia. Por outro lado, a embriaguez e a mentira (incluindo a implicada na ironia) são recorrentes na personagem Ega; pratica ambas abundantemente.¹⁰ Que saibamos pelos termos do romance, não é o caso do covarde Dâmaso Salcede. A mentira implica a contradição ruinosa que transforma o “documento de honra” em documento de desonra, e Dâmaso numa personagem bêbada que não é digna de confiança em momentos decisivos, desacreditada num vexante paradoxo entre a sobriedade e a embriaguez. O argumento persuasivo de Ega, que levará Dâmaso a copiar e a assinar o texto da carta para Carlos, culmina com uma pérola de ironia: “Você alcança deste modo a coisa que mais se apetece neste nosso século XIX – a irresponsabilidade!” (557). As palavras são de Ega em discurso direto.

Esta “obra” (559), como lhe chamará adiante Carlos, é o mais sofisticado, legível e eficaz paradoxo que Ega, o escritor repetidamente fracassado de apenas projetadas grandes obras, faz nos *Maías*. Apesar de muitíssimo engenhoso, o Dâmaso-paradoxo é claramente interpretável. A linguagem figurada permite ler a ironia da almejada *irresponsabilidade* do século como *responsabilização* do grotesco Dâmaso Salcede. Lembremos que no triângulo afetivo entre Maria Eduarda, Carlos e o próprio Ega, que se intensifica nos capítulos XV, XVI e XVII, o seu extraordinário talento para fazer paradoxos e controvérsias se desvanece.¹¹ Por exemplo, na Toca dos Olivais, ninho de amor de Carlos e Maria Eduarda, o paradoxo do “santo de aldeia” e de “Leónidas e os Trezentos” (528) é manifestamente de inferior qualidade e eficácia que se conheça. Dito por outras palavras, alguns paradoxos e controvérsias de João da Ega são mais conseguidos do que outros.

Um paradoxo mais bem sucedido seria aquele para o qual os *Maías* em algum lugar oferecem texto para os dois pólos da contradição, permitindo ou até facilitando a sua interpretação. Poderíamos também entregar-nos ao exercício de situar no espectro entre a interpretabilidade e a ininterpretabilidade os paradoxos de Ega; nesse caso, o paradoxo do parágrafo “Ega declarou muito decididamente ao sr. Sousa Neto que era pela escravatura” é dos mais difíceis de interpretar, porque não localizamos no romance texto para o pólo oposto desta posição, isto é, em palavras ou em ação, também uma inequívoca condenação da escravatura por parte de Ega. O certo é que, diz Ega, “a coisa que mais se apetece neste nosso século XIX – a irresponsabilidade!” (557) assenta particularmente bem aos paradoxos que ele faz e pontua adequadamente a análise moral desta personagem. O “Mefistófeles de Celorico” (194), segundo Carlos, é também apelidado “diabo” pelo marquês de Souselas (248) e de “Anticristo” pelo

super-sensato ancião Afonso da Maia (237). Ega granjeou o estatuto de irresponsável com graça.

Depois deste excursão, eis-nos chegados ao, resumamos assim, paradoxo da civilização e do progresso. Recuperemos a insistência nas primeiras páginas do capítulo XII em abordagens interpretativas de que tratámos acima, o naturalismo de Ega, a alusão e a ironia de Carlos da Maia e os bocados de factos de Teresa, condessa de Gouvarinho. É segunda-feira à noite, e presenciamos o jantar dos Gouvarinhos. A certa altura, na sequência de Ega se ter manifestado a favor da existência de “selvagens” (408) para benefício da diversidade que se oferece ao *touriste* (*sic*) e de Dona Maria da Cunha ter aplaudido “– Este Ega! Este Ega! Que graça! Que *chic*!” (408), Sousa Neto, oficial superior da Instrução Pública, faz uma “pergunta grave” (409) ao Ega:

– V. Exa pois é em favor da escravatura?

Ega declarou muito decididamente ao sr. Sousa Neto que era pela escravatura. Os desconfortos da vida, segundo ele, tinham começado com a libertação dos negros. Só podia ser seriamente obedecido, quem era seriamente temido. . . . Por isso ninguém agora lograva ter os seus sapatos bem envernizados, o seu arroz bem cozido, a sua escada bem lavada, desde que não tinha criados pretos em quem fosse lícito dar vergastadas. . . . Só houvera duas civilizações em que o homem conseguira viver com razoável comodidade: a civilização romana, e a civilização especial dos plantadores da Nova Orleans. Porquê? Porque numa e noutra existira a escravatura absoluta, a sério, com o direito de morte! . . .

Durante um momento o sr. Sousa Neto ficou como desorganizado. Depois passou o guardanapo sobre os beiços, preparou-se, encarou o Ega.

– Então V. Exa, nessa idade, com a sua inteligência, não acredita no progresso?

– Eu não, senhor.

O conde interveio, afável e risonho:

– O nosso Ega quer fazer *simplesmente um paradoxo*. E tem razão, tem realmente razão, porque os faz brilhantes. . . . (409; itálicos nossos)

À gravidade de Sousa Neto, oficial superior da Instrução Pública, opõe-se a ligeireza do duende traquina João da Ega; ao brilhantismo deste contrapõe-se a estupidez daquele. Gastão, o conde de Gouvarinho, explica inteligentemente a surpresa e desorganização de Sousa Neto pela engenhosa arte de João da Ega fazer paradoxos.¹² Está Ega a fazer paradoxos, queremos dizer ironia, no

entendimento do conhecimento comum de expressar o contrário do que está a dizer? Vamos por partes neste núcleo paradoxal da civilização e do progresso nos termos dos *Maías*, sem excluir noutra pesquisa o que foi entendido historicamente como progresso e civilização nas décadas de 1870 e 1880.

Começemos pelo progresso; Ega diz a Sousa Neto que não acredita nele. Ora, sucessivamente, João da Ega mostra-se um crente no progresso, desde esse paradoxo que faz a Afonso da Maia segundo o qual “O desacato é a condição do progresso” (237), o que leva o avô de Carlos a chamá-lo “Anticristo.” Por duas vezes, nos capítulos seguintes (XIII e XIV) ao do jantar dos Gouvarinhos (XII), Ega caracteriza o progresso na oposição entre campo e cidade; o campo é para os selvagens; a cidade para o homem civilizado. “A realização do progresso, o paraíso na Terra, que pressagiam os Idealistas, concebia-o ele [Ega] como uma vasta cidade ocupando totalmente o Globo” (449). No capítulo seguinte, Ega volta a argumentar em favor da cidade *versus* campo para a “instalação” (483) do amor de Carlos e Maria Eduarda. O desejo de campo da “porção de animalidade” (457) de Ega num bilhete a Carlos no início do capítulo XIV é apenas um expediente engraçado e uma desculpa para tentar reencontrar o seu grande e sincero amor, que é Raquel Cohen, em Sintra. De resto, o projeto vago e nunca concretizado, com Carlos da Maia, da *Revista de Portugal*, também pode ser lido como uma ideia de progresso. Por conseguinte, nos termos precisos do romance, Ega mente, ou ironiza (estritamente a ironia é uma mentira), a Sousa Neto no jantar dos Gouvarinhos: Ega acredita no progresso, mas disse ao seu interlocutor exatamente o contrário.

O provado paradoxo do progresso leva a concluir que o que Ega diz imediatamente antes ao mesmo interlocutor também é irónico. O parágrafo “Ega declarou muito decididamente ao sr. Sousa Neto que era pela escravatura” não é discurso direto do Mefistófeles de Celorico. Porém, nos termos desse parágrafo, entre citações exatas do que Ega dizia, não temos razões para argumentar que se desconfie das palavras do narrador. Pelo contrário, não temos indícios neste parágrafo que o narrador tome partido, como noutros passos faz por vezes apenas com a subtileza dum adjetivo negativo, sobre o que está a relatar em discurso indireto. É visível a lógica da sequência paradoxal que começa com o exemplo dos negros de São Tomé, se prolonga pelo parágrafo de defesa da escravatura e remata com a descrença no progresso. Temos, pois, razões para confiar no narrador quanto aos termos do discurso indireto irónico deste parágrafo sobre a civilização e a escravatura.

Eis o momento para regressarmos ao grupo da objeção à análise racial através da ironia (acima). O caráter irónico do parágrafo “Ega declarou muito decididamente ao sr. Sousa Neto que era pela escravatura,” ou até a invocação da ironia *queirosiana* em geral, não tem necessariamente que implicar o fim abrupto da análise da passagem. A ironia do parágrafo, ou a ironia nos *Maías*, ou a ironia *queirosiana* podem, pelo contrário, constituir um ponto de partida para a interpretação desse parágrafo. Quanto à ironia *queirosiana*, vejamos muito brevemente duas interpretações. A primeira, muito negativa, por Fernando Pessoa (1928), e a segunda, muito positiva, por Isabel Pires de Lima (1987). Primeiro, Pessoa no *Notícias Ilustrado*:

O exemplo mais flagrante do provincianismo português é Eça de Queirós. É o exemplo mais flagrante porque foi o escritor português que mais se preocupou (como todos os provincianos) em ser civilizado. As suas tentativas de ironia aterram não só pelo grau de falência, senão também pela inconsciência dela. Neste capítulo, *A Relíquia*, Paio Pires a falar francês, é um documento doloroso. As próprias páginas sobre Pacheco, quase civilizadas, são estragadas por vários lapsos verbais, quebradores da imperturbabilidade que a ironia exige, e arruinadas por inteiro na introdução do desgraçado episódio da viúva de Pacheco. Compare-se Eça de Queirós, não direi já com Swift, mas, por exemplo, com Anatole France. Ver-se-á a diferença entre um jornalista, embora brilhante, de província, e um verdadeiro, se bem que limitado, artista. (Pessoa 1928, 373)

É credível que a descrição destrutiva de Pessoa seja, pelo menos em parte, motivada pela concorrência que um romancista realista celebrado, como Eça de Queirós em 1928, fazia a outro artista literário modernista muito ambicioso. E a “imperturbabilidade que a ironia exige,” no entender de Pessoa, é amplamente conseguida no caso do parágrafo da defesa da escravatura de Ega, que não se desmancha perante Sousa Neto, o ignorante oficial superior da Instrução Pública. Mas serão lapsos recorrentes os exemplos da doutrina da civilização e da escravatura?

Isabel Pires de Lima (1987) distingue entre ironia socrática e ironia romântica em Eça de Queirós e, para o que mais nos interessa, nos *Maías*. Para a autora, a ironia socrática procede por forma a interrogar para detetar a ignorância, para prosseguir na pesquisa e a corrigir, enquanto a ironia romântica afirma a liberdade absoluta, oscila ambigualmente entre contrários e é amoral. Citemos:

Em conclusão, se por um lado se constata a existência duma permanente oscilação em Eça entre uma ironia socrática e uma ironia romântica, por outro parece admissível encarar um processo evolutivo no seu tratamento da ironia tendente a acentuar mais e mais o seu pendor romântico em detrimento do socrático. E de novo *Os Maias* nos pode aparecer, agora a este nível, como um romance de charneira que joga, também aqui, na ambiguidade, na duplicidade.

Disto é sintoma, desde logo, o facto de num romance onde a ironia do narrador é, como verificaremos, predominantemente romântica, a personagem que mais frequentemente assume uma atitude irónica, Ega, recorrer sobretudo a uma ironia socrática. Com efeito, a ironia de Ega, embora cáustica, é uma ironia social, *positiva*, aberta. Começa por ser uma ironia que se propõe transformar a “choldra, transformar num só inverno, todo o velho e rotineiro Portugal” (*Maias* 700), e “fazer disto um bijou!...” (*Maias* 523), embora sempre matizada por um certo dandismo e diletantismo que o paralisam na sua vontade interveniente. E uma tal paralisação acabará por ser causa e efeito do outro tipo de ironia a que ele é conduzido, uma ironia romântica, solitária, dupla, que se esgota na indecisão, na oscilação, em face dos dois pratos da balança e que desemboca na esterilidade, na inação; uma ironia que imuniza contra a deceção, aquela ironia distante, fria, amarga de que Ega dá provas no episódio final do romance. (Lima 1987, 237–38; ortografia adaptada para o Acordo Ortográfico de 1990, e as páginas dos *Maias* foram atualizadas para a edição Reis e Cunha; os *italicos* no adjetivo *positiva* são nossos.)

O adjetivo *positiva* para descrever a ironia só se pode entender em relação à burguesia dos brancos, pois a ironia socrática de Ega, ou já agora a romântica, não implica nada de positivo para os africanos negros. Entre a ironia socrática e a ironia romântica, o parágrafo do capítulo XII sobre a civilização e a escravatura pode ser lido como estando escassamente do lado da ironia socrática. Nesse caso, Ega quereria incomodar a ignorância de Sousa Neto, para duma forma *positiva* chegar a um conhecimento mais satisfatório sobre a escravatura. Será? Por outro lado, a ironia romântica é a que pressupõe a liberdade absoluta e a amoralidade. E esta é, muito possivelmente, a que melhor serve para descrever o comportamento discursivo de João da Ega na sua perturbadora resposta ao senhor Sousa Neto, oficial superior da Instrução Pública; há pouquíssima (se é que há alguma) esperança de regeneração.

Apesar dos inegáveis méritos dos conceitos de ironia para Fernando Pessoa e Isabel Pires de Lima, partamos duma noção de ironia do conhecimento comum,

sem grande comprometimento com uma teoria específica. Regressamos ao parágrafo da defesa da escravatura. Certíssimo, então: estamos perante uma ironia; prossigamos. Neste caso, o texto descodificado da ironia seria uma frase como *Ega declarou muito decididamente ao sr. Sousa Neto que era contra a escravatura*. A posição de Ega é razoavelmente elaborada e oferece dois exemplos históricos para a corroborar, a escravatura no império romano e as plantações de escravos de Nova Orleães, nos Estados Unidos. Como no caso adjacente do progresso, temos texto nos *Maias* que confirme esta leitura da ironia de Ega? Vejamos.

João da Ega recorre aos negros de São Tomé para estabelecer uma hierarquia de sociedades e culturas por duas vezes. A primeira no capítulo IV (155), e a segunda no último, o XVIII (685). A estrutura é a mesma. Face à civilização superior da Inglaterra e da França, os portugueses são comparados aos negros de São Tomé, que se imaginam “cavalheiros” e “brancos” (155) por usarem roupa do patrão, ou “lunetas” (685) sobrepostas para o mesmo efeito. Temos assim uma hierarquia geográfica que é também civilizacional. A assimilação dos portugueses à civilização inglesa corre mal, como a dos negros de São Tomé corre mal em relação aos portugueses. Não se trata aqui de avançar com o tópico geral da representação dos africanos nos *Maias*. O relevante é que os negros de São Tomé caricaturados, na base da pirâmide civilizacional, são usados para, comparativamente, criticar os portugueses.

No capítulo XV, quando se discutia política e a possibilidade de Gastão, o conde de Gouvarinho, assumir uma pasta governamental, pouco depois de Ega fazer o seu paradoxo dos políticos com “*imenso talento*” (546; em itálicos no original), porém fracassados, que deveriam ser substituídos por “*imbecis*” (546), e de ter sugerido, maliciosamente, o ministério da Marinha para o conde, este propõe, uma vez que a libertação dos escravos, a moral cristã e os serviços aduaneiros estão assegurados, “Enfim, o melhor está feito. Em todo o caso, há ainda detalhes interessantes a terminar. . . . Por exemplo, em Luanda. . . . Menciono isto como um pormenor, um retoque mais de progresso a dar. Em Luanda, precisava-se bem um teatro normal como elemento civilizador!” (546). Um teatro em Luanda é ocasião para João da Ega falar ao Cruges sobre Gastão, o conde de Gouvarinho, “mandar representar a *Dama das Camélias* no sertão!” (548). Ega obviamente exemplifica o “teatro normal” com a famosa peça de teatro de Alexandre Dumas Filho (de 1852), e Luanda com o sertão. No sarau do teatro da Trindade, Ega será cúmplice do senhor Guimarães, um assimilado português em Paris, quando este se opôs a que se “citasse Proudhon, ali naquele

teatreco, a propósito de estrumes do Minho” (592). Eis a hierarquia civilizacional em três níveis: no topo, *A Dama das Camélias* e Proudhon; depois, o “teatreco” em Lisboa onde se fala dos estrumes do Minho; e, na base, o absurdo d’*A Dama das Camélias* no sertão de Luanda. João da Ega nunca fará uma sugestão alternativa a um “teatro normal” em Luanda. O projeto antigo de João da Ega de “uma Revista que dirigisse a literatura, educasse o gosto, elevasse a política, fizesse a civilização” (523; *italicos nossos*) não passará dum “confuso plano” (562); a adjetivação é do narrador.

Ainda sobre civilização, no capítulo XV, em que o triângulo afetivo entre Carlos, Maria Eduarda e Ega se intensifica, e a ligação homoafetiva entre Ega e Carlos também, surpreendemos o seguinte diálogo:

- [...] Eu [Carlos] não nasci para fazer civilização...
- Nasceste, acudiu o Ega, para colher as flores dessa planta da civilização que a multidão rega com o seu suor! No fundo, também eu, menino!
- Não, não! Maria não queria que falassem assim!
- Esses ditos estragam tudo. E o sr. Ega, em lugar de corromper Carlos, devia inspirá-lo... (XV, 524)

Maria Eduarda, leitora dos romances de Charles Dickens (386) e “socialista” (387), tem consciência social e discorda dos “ditos” de espírito de Ega, neste caso do muito consciente explorador classista, o que, segundo o próprio, o irmana a Carlos. Não se trata da ligação irónica entre civilização e escravatura, mas daquela com a exploração classista. Maria Eduarda não está só na crítica aos ditos de João da Ega. O ignorante Sousa Neto diz-lhe o seguinte lá para o fim do jantar dos Gouvarinhos: “– É meu costume, sr. Ega, não entrar nunca em discussões, e acatar todas as opiniões alheias, mesmo quando elas sejam absurdas” (414). O *chic* que Dona Maria da Cunha encontra nos ditos de Ega, como tantas leitoras e leitores dos *Maías*, não é universalmente partilhado pelas outras personagens do romance.

Pode o estudo geral da personagem João da Ega, esse duende traquina, ajudar a interpretar o parágrafo da defesa da escravatura do capítulo XII? No utilíssimo artigo de Carlos Reis (2016) sobre Ega no *Dicionário de Personagens de Ficção Portuguesa*, podemos ler:

A situação de João da Ega, no desenvolvimento da ação social do romance, é exuberante e provocatória, conforme pode observar-se nos episódios em

que a personagem está presente: no jantar do hotel Central (capítulo VI), num outro jantar, em casa do conde de Gouvarinho (capítulo XII), ou no sarau do Teatro da Trindade (capítulo XVI). Repare-se nos termos em que Ega responde a uma pergunta do perplexo Sousa Neto: “Ega declarou muito decididamente ao sr. Sousa Neto que era pela escravatura”. . . . Deste modo, é em função do paradoxo e da irreverência iconoclasta que João da Ega vai deixando um rasto de afirmações e de poses em desconformidade com uma atmosfera mental conservadora. (Reis 2016)

A “irreverência iconoclasta” de Carlos Reis (2016) para caracterizar Ega é uma descrição geral justa que escassamente pode dar conta do escaldante exemplo concreto do parágrafo da defesa irónica da escravatura. Porém, não nos oferece uma pista específica para orientar o nosso estimado estudante de licenciatura na direção duma resposta satisfatória para a pergunta “Era Ega racista?” O “regime da pluridiscursividade” (Reis 2006), que Reis expandiu em “Pluridiscursividade e representação ideológica n’Os Maias” (1999), é seguramente mais feliz para caracterizar as contradições de Ega sobre o catolicismo, ou as mulheres, do que o seu pensamento racial. O humor de João da Ega é progressista em relação ao catolicismo, etc., mas é conservador e monótono na prática do seu *punching down* racial.¹³ Quanto a este ponto específico, não localizamos texto nos *Maias* para contrastar inequivocamente João da Ega e Carlos da Maia, que parecem estar em linha no reforço duma espécie de *monodiscursividade racial*.

A nobre liberdade de criação artística só merece elogios. A sua contrapartida é a liberdade de interpretação. Na controvérsia sobre o início da análise racial dos *Maias*, alguns e algumas esqueceram-se da contrapartida. Invocar a liberdade romanesca e bloquear a liberdade de interpretação não é aceitável; para que serviriam as universidades nesse caso? Se nos entendermos sobre estes pontos de partida elementares, podemos avançar para a distinção entre liberdade e arbitrariedade. A ideia de que João da Ega queria troçar do ignorante Sousa Neto no jantar dos Gouvarinhos, e para o efeito usou a defesa da escravatura como pressuposto da civilização, merece meditação e é arbitrária, apesar de poder ser caucionada pela ironia romântica. A ironia da defesa da escravatura como pilar da civilização que está no texto seria, neste uso, neutra. Nesse caso, está lá a ironia da defesa da escravatura como base da civilização, como lá poderia estar a ironia da defesa da *sujeição absoluta dos criados alentejanos*. Nesta aceção, podemos substituir, com razoável verosimilhança, a defesa da escravatura pela defesa da *sujeição*

absoluta dos criados alentejanos. Com verdade e brutal honestidade, porém, não podemos, legitimamente, fazê-lo. Esta arbitrariedade (em que, por exemplo, *escravos* podem ser substituídos por *criados alentejanos*) não nos conduz a interpretar o texto específico dos *Maiás*, o que lá está. A defesa irônica da escravatura pertence, antes de mais, à rede de recorrências dos *Maiás*, romance no qual logo no capítulo I surge o “papá Monforte” (78) (de Maria Monforte, futura esposa de Pedro da Maia), negreiro que enriqueceu a transportar africanos para o Brasil, Havana e, justamente também, para a civilização escravagista das plantações de Nova Orleães, ironicamente elogiada por João da Ega no parágrafo do jantar dos Gouvarinhos. Além do poeta romântico Tomás de Alencar, a escravatura é encarada negativamente também pelos termos precisos do narrador do capítulo I: “[Manuel Monforte, negreiro,] *arrancara uma fortuna da pele do Africano*” (78; *italicos nossos*). O narrador do primeiro capítulo não tem uma posição neutra face à escravatura; muito pelo contrário, toma partido contra ela.

Porque é que João da Ega usou a defesa da escravatura, em vez da, por exemplo arbitrário, *sujeição absoluta dos criados alentejanos*, para trocar do oficial superior da Instrução Pública Sousa Neto? Por enquanto, lendo com muito cuidado e detalhe, não encontramos texto nos *Maiás* para saber. Isso por si só não faz de Ega um racista. A doutrina da interpretação de Teresa, condessa de Gouvarinho, do “*bocado de facto*” (408) por trás de tudo o que se diz, apesar de ser a mais certa das três mini-doutrinas da interpretação como pórticos hermenêuticos do capítulo XII, não nos assegura um *facto* ou *bocado de facto* a partir da ironia, ou mentira, de Ega. Que Ega seja classista, snob, inconsequente, sem ideias concretas para as colónias (apesar de criticar severamente o teatro para Luanda de Gastão, o conde de Gouvarinho), sem o mínimo sentido prático para realizar os seus próprios projetos, não há dúvidas; e temos abundantes provas textuais locais para o efeito. Que João da Ega *se encena como um racista* perante Sousa Neto, oficial superior da Instrução Pública, não há dúvidas também. Aliás, com ou sem ironia, Ega reitera os paradoxos racializados da civilização com o riso cúmplice do seu amigo íntimo Carlos da Maia no capítulo final, o XVIII (685). Que não temos prova textual que Ega seja consequente com essa encenação irônica e, por conseguinte, aja como um anti-escravagista, que com toda a verosimilhança os há na ficção dos *Maiás* e nos factos do seu tempo histórico, ou um anti-racista sem ironia, não há igualmente dúvidas.

Se tomarmos o discurso pesadamente sexista de Ega sobre as mulheres e a literatura no jantar dos Gouvarinhos como irónico (413), para desorganizar

Sousa Neto, oficial superior da Instrução Pública, então a leitura desse paradoxo pode apoiar-se e esclarecer-se, *a contrario*, na genuína admiração e encantamento de Ega por duas mulheres literárias, como Raquel Cohen (174) e Maria Eduarda (430, 577). No que diz respeito à encenação da defesa da escravatura, não encontramos texto, *a contrario*, para o duende traquina João da Ega nos *Maías*, como, ao invés, localizámos para o paradoxo do progresso, ou para o acesso das mulheres à vida intelectual, outro exemplo.

Se o nosso estimado estudante de licenciatura pretender enriquecer a pesquisa com uma interpretação comparatista, poderíamos recomendar-lhe o capítulo XVIII, intitulado “Lady Dedlock,” do também longo e hiper-canónico romance *Bleak House* (1853), de Charles Dickens, capítulo narrado pela heroína Esther Summerson, no qual esta vai com a sua amiga Ada Clare, o tutor de ambas, John Jarndyce, e Harold Skimpole visitar Lawrence Boythorn em casa deste, em Lincolnshire, durante uma semana. Nos pitorescos arredores da casa de Boythorn, onde o grupo ia passear a pé, Esther Summerson cita o irresponsável e amoral Harold Skimpole, que gostava de se deitar de costas debaixo duma árvore a olhar o céu:

“Enterprise and effort,” he [Harold Skimpole] would say to us (on his back), “are delightful to me. I believe I am truly cosmopolitan. I have the deepest sympathy with them. I lie in a shady place like this and think of adventurous spirits going to the North Pole or penetrating to the heart of the Torrid Zone with admiration. Mercenary creatures ask, ‘What is the use of a man’s going to the North Pole? What good does it do?’ I can’t say; but, for anything I can say, he may go for the purpose – though he don’t know it – of employing my thoughts as I lie here. Take an extreme case. Take the case of the slaves on American plantations. I dare say they are worked hard, I dare say they don’t altogether like it. I dare say theirs is an unpleasant experience on the whole; but they people the landscape for me, they give it a poetry for me, and perhaps that is one of the pleasanter objects of their existence. I am very sensible of it, if it be, and I shouldn’t wonder if it were!” (Dickens [1853] 2008, 273)¹⁴

A estetização da escravatura permite a sua defesa implícita por Harold Skimpole. Ao contrário do parágrafo “Ega declarou muito decididamente ao sr. Sousa Neto que era pela escravatura,” do capítulo XII dos *Maías*, 1888, não podemos afirmar que estejamos exatamente perante o mesmo paradoxo publicado 35 anos antes, em 1853, por Dickens. Este é “um caso extremo” (Dickens [1853] 2008,

273) de poesia da paisagem. Como todas as comparações, também esta terá os seus limites. Porém, para quem pesquise textos precursores, suspeitamos que alguns aspetos das irresponsabilidades e amoralidades de Harold Skimpole e de João da Ega mereçam ser comparados, nomeadamente o da análise racial.

Agora, para a concreta pergunta do estimado estudante de licenciatura, “Era Ega racista?,” o melhor é levar em conta este e outros pertinentes trabalhos preliminares, continuar seguindo o estilo de pesquisa da Modern Language Association of America, *MLA Handbook*, nona edição (2021) – por exemplo, além da não despidiêda questão moral, a linguagem inclusiva é sobretudo uma forma de corrigir imperfeições epistemológicas, como generalizações injustificadas –, e chegar, após uma releitura anotada dos *Maías*, às suas próprias conclusões com provas textuais, primeiramente no corpo a corpo com o texto na cuidada edição recomendada.¹⁵ Mais uma, e final, sugestão sob a forma de pergunta: Será que, depois duma releitura detalhada dos *Maías*, e em especial muitíssimo pormenorizada do capítulo XII, um (ou mais do que um, se for o caso) dos três mini-programas interpretativos desse capítulo é mais útil para a sua interpretação? Os mini-programas são o naturalista, desidealizante e inconsequente de João da Ega; o oportunista da linguagem figurativa de Carlos da Maia; e o mais popular e menos sofisticado dos *bocados de factos* de Teresa, a condessa de Gouvarinho. Bom trabalho!

NOTAS

1. Daqui em diante abreviamos Queirós ([1888] 2017) – ou seja, *Os Maías: Episódios da vida romântica*, edição crítica citada –, para apenas *Maías* (queremos dizer sem o artigo). Um número sem outra indicação, a maior parte das vezes entre parêntesis curvos, denota o número da página ou páginas do romance *Os Maías* na edição crítica citada; e. g., (409) é (*Maías* 409). Abreviamos igualmente a designação desta passagem para “parágrafo ‘Ega declarou muito decididamente ao sr. Sousa Neto que era pela escravatura.’”

2. Respondendo a uma potencial objeção: “Se o estudante de licenciatura não pagasse propinas, com uma taxa de esforço financeiro considerável, o compromisso ético e pedagógico não seria o mesmo?” A priori, esperaríamos que sim, que em qualquer ambiente académico, o compromisso ético e pedagógico seria o mesmo, mas a realidade apresenta-nos cenários diferenciados. A situação financeira para estudantes e professores no ensino universitário nos Estados Unidos é chocantemente diferente da realidade financeira europeia, nomeadamente de Portugal. Tanto as propinas de estudantes como os salários dos professores nos Estados Unidos são incomparavelmente mais elevados, e isso cria uma maior pressão e responsabilidade ética e pedagógica que ultrapassa opiniões e vontades. Os custos financeiros do ensino superior, por serem muito mais elevados, também estão

diretamente ligados a um sistema de avaliação dos docentes, e dos cursos, feitos pelos discentes de forma anónima; tais avaliações têm um peso específico na forma como a carreira da professora é percebida pelo seu próprio departamento e universidade. Devido a estas propinas muito elevadas, os estudantes sentem-se com mais direitos de verem as suas perguntas respondidas, ou pelo menos de perceberem um esforço do professor na tentativa de oferecer respostas satisfatórias aos pagantes de propinas. As avaliações nas universidades dos Estados Unidos são também uma forma de mostrar aos alunos que as propinas, caríssimas, são compensadas por uma avaliação consequente para o salário e a carreira do professor que se pode traduzir como *a voz do aluno*. Por outras palavras, o pesado encargo financeiro é contrabalançado pela oportunidade de expressar a sua satisfação ou descontentamento. Tal pressão não tem equivalente aproximado na generalidade das universidades europeias, devido à responsabilidade financeira não ser, de todo, mesmo percentualmente equivalente à das universidades dos Estados Unidos. Daí a referência às pesadas propinas do aluno de licenciatura da UMass Dartmouth. Quer queiramos quer não, quando se tem experiência de ensino universitário na Europa e nos Estados Unidos, tanto como professora ou como aluna, em ambas as macro-estruturas sócio-económicas, a esta modesta conclusão chega-se facilmente.

3. Para além dos dilemas epistemológicos e morais, as realidades sócio-económicas das universidades europeias e as dos Estados Unidos são distintas. O nosso estimado estudante de licenciatura poderia ter todo o direito a uma orientação de pesquisa razoável mesmo que não pagasse um cêntimo de propinas, é certo. Porém, o facto relevante é que paga, e não pouco, e este fator não é negligenciável na comparação entre universidades dos Estados Unidos e Europeias, bem como na resposta de quem ensina.

4. “Cuando usa los raíles convencionales del diálogo, busca siempre maneras de personalizar su expresión, sorteando los mencionados verbos de dicción por medio de variados subterfugios. Esta es la razón de que sus personajes manifiesten esa curiosa tendencia a producirse oralmente de manera semi-animal. La locución normal deja paso, con una extraordinaria frecuencia, a toda una serie de formas de expresión inarticulada. *Uivar, ganir, rosnar, rugir, bramir*, etc. son maneras habituales de manifestarse el ser humano en la narración queirociana . . .” (Cal 1954, 200). A extraordinária pesquisa com amor ao detalhe do galego Ernesto Guerra da Cal, professor que foi nosso vizinho em Nova Iorque, envelheceu bem e continua proveitosamente ímpar para uma análise estilística da obra de Eça de Queirós.

5. Não está aqui em causa a pertinência do contexto histórico, como é possível encontrar em João António Salvado, *O olhar colonial em Eça de Queirós* (2016), mas o uso instrumentalizado deste conceito para bloquear a análise racial.

6. Nas mais de 5.000 universidades dos Estados Unidos, segundo Mann (2022), há duas realidades da interpretação bem diferenciadas, sendo a primeira, a das Harvards e

Stanfords, mediaticamente hiper-representada e abusivamente generalizada, mas com não mais de 250.000 estudantes; e a segunda, muito sub-representada nos *media* de elite, como o *The New York Times*, a dos cerca de 16.000.000 de estudantes das outras universidades. Ora, no segundo grupo, eis a experiência do professor Mann: “I can say that in nearly every class period, a student will bring a facet of their own identity to their reading of a particular text. This used to worry me; I’d think we were drifting away from the safety and rigor of objective discourse into some minefield of interpersonal slights. But I never saw those fears manifested. I am forever impressed by the respect with which they treat one another’s lives. No wonder this image of an uber-liberal, hyper-focused mob snarling back at me in the classroom rings untrue. Who has the time?” E conclui, procurando desidealizar: “This fantasy that academia’s concerns are elite, a semantic playground for those who have the time and luxury to play. There are so few true ivory towers. Alongside them, millions of people are trying to teach and learn, under duress, and largely invisible” (Mann 2022).

7. João da Ega acusa Dâmaso Salcede em discurso direto no capítulo XV: “– Aqui está a sua carta remetendo ao Palma Cavalão o rascunho do artigo. . . . Aqui está, pela sua letra igualmente, a lista das pessoas a quem se devia mandar a Corneta, desde o Rei até à Fancelli. . . . Além disso nós temos as declarações do Palma. O Dâmaso não é só o inspirador, mas *materialmente o autor* do artigo. . . . O nosso amigo Carlos da Maia exige, pois, como injuriado, uma reparação pelas armas. . . .” (Maías 551; itálicos nossos).

8. Notámos que, apesar do nome próprio da condessa de Gouvarinho aparecer explicitamente nos *Maías*, Teresa (409-10), o narrador do romance e os leitores críticos da obra tendem a usar os pares desequilibrados Carlos e a condessa de Gouvarinho, ou João da Ega e a condessa de Gouvarinho. Além do título nobiliárquico, a condessa também tem nome, pelo que o procuramos usar a par do de Carlos ou de João da Ega.

9. Entre os paradoxos que *acontecem* a João da Ega, defensor do “amor livre das ficções do casamento” (140), estão certamente o do seu grande, sincero e sofrido amor por Raquel Cohen, mulher enredada nas teias dum casamento; e o não menos apreensivo caso do grande, sincero e sofrido amor de Carlos da Maia, o seu homoafetivo amigo íntimo, por Maria Eduarda (antes de se saber que ela é irmã dele), mulher sofisticada, leitora de Dickens e “socialista,” quando Ega reiterava a sua misoginia.

10. Os potenciais comentários racistas de Ega, textualmente, não beneficiam da distinção dos seus estados de sobriedade e embriaguez. O desafio é que ele faz comentários potencialmente racistas de forma consistente e de forma sóbria.

11. A relação homoafetiva de João da Ega com Carlos da Maia, que pela influência de Ega se tende a sobrepor à relação heteroafetiva entre Carlos e Maria Eduarda, mesmo antes da revelação do incesto, é analisada pela leitora Maria Manuel Lisboa (2000) em “Amigos certos, fortuna incerta: Carlos, Ega & C.^{as}” e bem inspirada, em parte, na

pesquisa sobre triângulos afetivos entre dois homens em que uma mulher funciona como objeto intermediário, de Eve Kosofsky Sedgwick (1985), em *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire*.

12. Usamos *duende traquina* como tradução de troll, como para quem escreve deliberadamente mensagens provocatórias ou ofensivas nas redes sociais.

13. Do conhecimento comum, em comédia, distingue-se entre *punching up*, que consiste no humor crítico face aos poderosos, e *punching down*, que consiste em troçar dos subalternos e oprimidos.

14. Foi a partir duma sugestão do professor Thomas Earle em Oxford, a quem muito agradecemos, que relemos *Bleak House* (1853), de Charles Dickens, à procura dum parágrafo que permitisse trabalhar numa perspetiva comparatista o parágrafo “Ega declarou muito decididamente ao sr. Sousa Neto que era pela escravatura,” do capítulo XII dos *Maías* (1888), cuja interpretação tentamos orientar. Optámos por este.

15. Rerler com anotações os *Maías* é um investimento de trinta horas que, do nosso ponto de vista, compensa.

REFERÊNCIAS

- Cal, Ernesto Guerra da. 1954. *Lengua y Estilo de Eça de Queirós: Elementos Básicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Dickens, Charles. (1853) 2008. *Bleak House*, edited by Stephen Gill. New York: Oxford University Press.
- Lima, Isabel Pires de. 1987. *As Máscaras do Desengano: Para uma Abordagem Sociológica de Os Maías de Eça de Queirós*. Lisboa: Caminho.
- Lisboa, Maria Manuel. 2000. “Amigos Certos, Fortuna Incerta: Carlos, Ega & C.a” *Em Teu Amor Fez de Mim um Lago Triste: Ensaios sobre Os Maías*, 181–332. Porto: Campo das Letras.
- Mann, Lucas. 2022. “I’m a Longtime Professor. The Real Campus ‘Free Speech Crisis’ Is Not What You Think.” *Slate*, 16 April 2022. <https://slate.com/human-interest/2022/04/campus-free-speech-crisis-myths-realities.html/>.
- MLA Handbook. 2021. 9^a ed. New York: The Modern Language Association of America.
- Pessoa, Fernando. (1928) 2000. “O Provincianismo Português.” *Em Crítica: Ensaios, Artigos e Entrevistas*, editado por Fernando Cabral Martins, 371–73. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Queirós, Eça de. (1888) 2017. *Os Maías: Episódios da Vida Romântica*. Edição crítica de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Reis, Carlos. 2016. “João da Ega (Eça de Queirós, Os Maías).” *Dicionário de Personagens de Ficção Portuguesa*. <http://dp.uc.pt/conteudos/entradas-do-dicionario/item/543-ega-joao-da>.
- . 1999. “Pluridiscursividade e Representação Ideológica n’Os Maías.” *Em Estudos Queirosianos: Ensaios sobre Eça de Queirós e a sua Obra*, 124–36. Lisboa: Presença.

- Reis, Carlos, e Maria do Rosário Cunha. 2017. “Introdução.” Em *Os Maias: Episódios da Vida Romântica*. Edição crítica de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha, 17-58. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Salvado, João António. 2016. *O Olhar Colonial em Eça de Queirós: O Continente Africano na Escrita Queirosiana*. Lisboa: Edições Vieira da Silva.
- Sedgwick, Eve Kosofsky. (1985) 2016. *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire*. Foreword by Wayne Koestenbaum. New York: Columbia University Press.
- Simões, Diana Gomes. 2021. “Objeto, Planta, Animal: Sobre a Naturalização das Mulheres em *Os Maias*.” *Queirosiana* no. 27-28: 89-102.

VIKTOR MENDES é Professor Associado de Português na Universidade de Massachusetts Dartmouth. Entre seus interesses de pesquisa e publicação estão as humanidades ambientais; foi co-editor do inovador volume *Literatura Portuguesa e Ambiente* (2019).

VANUSA VERA-CRUZ LIMA possui grau de bacharel em Relações Internacionais (com ênfase em ciência política) pela Universidade Candido Mendes no Rio de Janeiro, Brasil, e mestre em Linguística Aplicada pela UMass Boston. Ela lecionou Português e Estudos Sociais para o Programa de Imersão Dupla OLÁ-Português das Escolas Públicas de Cambridge para as séries intermediárias (6^a a 8^a) de 2012 a 2020. Os interesses de pesquisa de Lima são a descolonização do ensino de línguas e literatura e Análise Racial na língua luso-afro-brasileira Estudos. Atualmente ela está a terminar o programa de PhD em Estudos Portugueses e é TA (teaching assistant) no programa de ensino online de português no Departamento de Português da Universidade de Massachusetts Dartmouth.